



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

João Pessoa, 29 de julho de 1962.

*No Parque Solon de Lucena, perante
concentração de trabalhadores.*

Desejo que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pela manifestação memorável que agora tenho a honra de receber neste magnífico recanto do Brasil. Quero que minha gratidão se estenda a tôdas as classes desta valorosa Paraíba, desde os homens que representam as suas fôrças da produção até os que, de mãos calejadas e organizados nas suas instituições de camponeses, lutam de sol a sol por melhores condições de vida. Quero ainda que meu agradecimento se estenda especialmente ao eminente Governador do Estado e a tôdas as autoridades com quem tive a satisfação de manter contato, a partir do instante em que, desembarcando no aeroporto local, me vi no meio desta multidão, que vibra como se o próprio coração da Pátria aqui estivesse.

Minha presença neste encontro, Senhor Governador, tem antes de tudo o sentido da reafirmação de um compromisso de luta que o tempo só tem feito consolidar; a reafirmação da minha fé inabalável nos princípios de justiça e nos sentimentos de solidariedade do povo brasileiro em face dos problemas essenciais à harmonia social, aos anseios de bem-estar e de soluções justas para as reivindicações de uma classe, de cujo atendimento depende a sorte dos milhões de brasileiros, que, como verdadeiros marginais, sofrem o drama do abandono pela desorganização da vida rural brasileira.

É por isso que estou aqui, paraibanos, como Presidente da República, cõnscio de minhas responsabilidades, sem pensar em grupos nem classes e sem me impressionar com as perspectivas de possíveis debates que venha a manter em tórno do assunto, dados o interêsse e a paixão que o mesmo suscita. Aqui estou, trabalhadores brasileiros, para dizer a todos quantos se encontram no campo

das divergências, no próprio cenário em que elas se têm mostrado mais incandescentes, as palavras que julgo adequadas, de apêlo e de advertência, de convocação e de esclarecimento, que ajudem a construir, nesta conjuntura tão amarga, as palavras que poderão traduzir apreensão, mas que não deixarão de significar confiança, as palavras que considero atos do meu dever irrenunciável a propósito dêste grave problema do País, que é a reforma agrária.

Não estou — paraibanos, lavradores, posseiros, trabalhadores rurais da Paraíba — numa assembléia de doutôres para fazer doutrina sôbre o que entendo de reforma agrária. E, se me encontrasse em tal situação, talvez não fôsse eu a pessoa mais indicada para fazê-lo, no meio do povo, no meio dos lavradores, no meio daqueles que, de sol a sol, outra coisa não fazem do que cuidar da terra, trabalhar a terra, viver dela e para ela, pensando nela para si e para seus filhos, acalentando o sonho de uma vida melhor para os que são mais caros a seu coração. Aqui nesta assembléia, trabalhadores, sei que posso falar e sei que serei compreendido pelos nordestinos. A linguagem que uso, é a do amigo a quem o destino reservou a mais alta honra que poderá caber a um brasileiro, a de ser Chefe de Estado, mas que jamais se desligou das origens que o mantêm prêso ao chão, ao sol e à terra; que aprendeu com o próprio pai a tratá-la, a saber o que nela se planta e se cria. Conheço bem a angústia, as dificuldades, os sacrifícios dos homens que lutam no interior do País, sejam colonos, meeiros ou outros tipos de trabalhadores, como os que mourejam nas quadras, nas roças e nas fazendas brasileiras.

É uma história pungente, sem dúvida, a dêsses homens, porém muito mais pungente e dolorosa é a história do homem do nosso Nordeste calcinado, sempre sofredor, história que conheço com os meus próprios olhos, com minhas próprias mãos e com o meu coração entristecido. É por isso, trabalhadores da Paraíba, que tenho certeza de que não preciso esforçar-me para me fazer entendido por vós, tanto os trabalhadores como os proprietários rurais, que ouvis estas palavras. Considero que a realização de um grande plano de desenvolvimento do Nordeste deve ser executado independentemente de quaisquer considerações de caráter político-partidário, com o mesmo sentido de continuidade e prioridade que se atribui ao

trabalho no setor da defesa nacional. A política de desenvolvimento que realiza o Governo Federal no Nordeste, principalmente através da SUDENE, visa a três objetivos principais: construção de uma infra-estrutura de serviços básicos, levantamentos sistemáticos dos recursos naturais da região e estímulo a investimentos privados.

O prosseguimento desta política deve ser assegurado a todo custo, a fim de que o Nordeste se integre, no mais curto prazo possível, na poderosa torrente do desenvolvimento nacional. Não vim ao Nordeste para mistificá-lo com a idéia de que todos os problemas da região já tenham uma solução encaminhada. Não ficaria tranqüilo com a minha consciência, nem mesmo com os meus sentimentos cristãos, se deixasse de dizer que muito me preocupa a situação de privações em que vive grande parte da população nordestina, particularmente a que labuta no campo, como o trabalhador rural que continua a luta diária para ter apenas o direito de sobreviver.

Para milhões de brasileiros, os frutos do progresso nacional ainda são desconhecidos. Sabemos que a incorporação desses brasileiros do campo, que aqui no Nordeste representam duas tércas partes da população, à vida política e à corrente do progresso não se poderá fazer dentro da atual estrutura da nossa economia agrária. Essa estrutura é uma revivescência da sociedade colonial, organizada em bases feudais para atender às conveniências da metrópole longínqua. A essa primitiva estrutura devemos, em grande parte, a escassez de alimentos de que tanto sofre o Nordeste e que sufoca o desenvolvimento da sua economia urbana. A menos que criemos aqui uma moderna agricultura ligada ao mercado regional, o desenvolvimento industrial tropeçará sempre em obstáculos intransponíveis. Para que exista esta agricultura moderna, em termos de desenvolvimento, ligada ao interesse do povo e da região, a primeira condição a exigir-se é a de que a população trabalhadora tenha maior acesso aos frutos do próprio trabalho.

Tenho insistido, repetidas vezes, para que se promova a reforma da estrutura agrária do País, a fim de que a organização agrícola seja impregnada de um autêntico espírito de empresa e os frutos do trabalho repartidos de maneira mais justa. No Nordeste, mais do que qualquer outra parte do País, é esse um problema a

exigir urgente solução, porque a reforma agrária que compreendo, que prego, e que o Brasil exige, não é a que consistiria em transformar trabalhadores em proprietários e proprietários em trabalhadores, mas aquela que, atendendo a uns e outros, permita associar a todos, com direitos e deveres fixados, no esforço conjunto pelo bem-estar da coletividade, fazendo assim cessar a exploração do homem pelo homem, e abrindo, ao mesmo tempo, as perspectivas de uma utilização racional da terra para quem esteja em condições de aproveitá-la no interesse social, que há de ser o mais relevante dos legítimos fundamentos a justificar sua propriedade e seu domínio.

Há vários anos venho pregando essa reforma. Nunca disse coisa diversa, mesmo num congresso recente de proprietários rurais, quando afirmei que a reforma agrária não deveria consistir apenas em tirar a terra de uns para dar a outros, mas haveria de significar, em última análise, um justo critério, por isso mesmo humano e cristão, em favor daqueles que, regando a terra com o suor do seu trabalho, precisam também ter acesso a ela, pois uma tal aspiração não pode ser privilégio de uma minoria. A reforma agrária há de trazer, evidentemente, como conseqüência, a extinção dos latifúndios, principalmente daqueles sem qualquer utilidade social, cujos proprietários aguardam apenas a valorização resultante de circunstâncias alheias ao labor ou à sua vontade. Isto permitirá à Nação uma distribuição mais racional e mais humana da terra.

É claro, no entanto, que essa exposição sucinta do problema não representa o quadro real de suas implicações no Brasil. A reforma agrária brasileira deve ser executada sem choques violentos e consoante os moldes reais de nossa estrutura rural. A reforma que desejamos possui características brasileiras e deverá atender, de preferência, aos interesses dos nossos trabalhadores rurais. É preciso que eu afirme com clareza ao povo, com a responsabilidade que me asseguram o estudo do problema e, mais que isto, os debates de que tenho participado, que não desejamos, ninguém deseja mesmo, importar uma reforma para implantá-la no Brasil. O que desejamos é uma reforma tipicamente nacional, que atenda aos interesses dos trabalhadores rurais, uma reforma sôbre a qual se plante sômente uma bandeira, a bandeira auriverde do Brasil. Não desejamos

reformas de outros países, repito. A reforma da União Soviética terá servido aos seus povos no instante em que foi praticada; a reforma da China pode convir aos chineses; mas a reforma que convém ao Brasil é a reforma desejada pelo povo brasileiro, é a reforma que atenda às nossas necessidades e aos legítimos anseios do País.

A reforma agrária que desejamos e haveremos de realizar — e para tanto os brasileiros estão desde já convocados — não é uma obra de esbulho, nem de espoliação e muito menos motivo de apreensão, porque, acima de tudo, é um instrumento de luta pelo nosso desenvolvimento econômico e deve ser, antes de mais nada, tarefa de justiça social. Dentro destas linhas de conciliação, que refletem profundas convicções no meu espírito, chego à terra das Ligas Camponesas, fruto do instinto associativo do nordestino pela sua sobrevivência, certo de que, apesar da carga emocional que o problema de convivência entre proprietários e trabalhadores rurais em muitos lugares está provocando, havereis de compreender que, nos quadros da legalidade democrática, o problema não traz os aspectos sombrios das lutas fratricidas. Com reformas hábeis, oportunas e humanas, será possível encontrar a solução devida e esperada, a solução desejada pela Nação brasileira.

Proprietários rurais há que dispensam aos trabalhadores um tratamento infra-humano, indiferentes às suas necessidades, ou dão uma retribuição mesquinha ao seu suor e ao seu trabalho. Isso tem gerado em amplas áreas do Nordeste um sentimento de inconformidade e de revolta, que se não fôr contido, com a esperança de melhores dias, poderá degenerar em processos explosivos, dos quais ninguém, muito menos o País, poderá obter lucros. Não há de ser, porém, pelo critério de alguns transviados do dever e do próprio sentimento de humanidade que um problema de tal natureza há de ter solução. Temos que o resolver no quadro da lei. A Constituição terá que ser modificada, e sê-lo-á certamente, para que a reforma possa transformar-se na realidade desejada por todos os brasileiros. Acreditamos no patriotismo daqueles que haverão de atender, reformando a Constituição brasileira, aos interesses da Nação. Acreditamos que esta Constituição há de ser revisada pelo patriotismo daqueles que têm o dever de reformá-la, para que,

através dela, se possa atingir a verdadeira harmonia e a verdadeira paz social, isto é, para que se possa chegar a um Brasil que não seja apenas das minorias, mas também dos trabalhadores, do povo brasileiro, enfim.

A participação crescente das nossas populações na riqueza nacional é condição indispensável, paraibanos, ao fortalecimento de uma solidariedade social e à estabilidade e autenticidade da própria democracia. O sentido da minha presença aqui é, precisamente, para vos dizer, como Presidente da República, que podereis confiar, porque a vossa sorte é a primeira das preocupações do Governo, que pensa e que tem o dever de pensar na sorte dos milhões de brasileiros que vivem lutando em favor da comunidade e agora desejam participar, com justa razão, da riqueza nacional.

As Ligas Camponesas, que criastes, porque a lei e as autoridades não vos permitiram a organização de outras entidades para defesa dos vossos interesses e que, por isso, eram por muitos que vivem alheios à realidade da época consideradas subversivas, poderão dentro em breve ter suas atividades desempenhadas com eficiência e insuspeição pelos sindicatos dos trabalhadores do campo e, assim transformadas, continuar a luta na defesa das suas reivindicações e dos seus direitos. Se reconhecemos ao industrial, ao comerciante, ao fazendeiro o direito de se associarem e de defenderem os próprios interesses, por que negar êsse mesmo direito aos trabalhadores do campo? Por que negar-lhes o direito de lutar pela reforma agrária, por um tratamento mais justo, por uma participação mais larga no fruto de seu trabalho e do trabalho honrado de sua família?

Aqui, de João Pessoa, desta heróica cidade que lembra Getúlio Vargas com seu companheiro da arrancada de 1930, desta terra que tem o nome de um brasileiro dos mais ilustres, quero deixar consignados meus agradecimentos a tôda a Paraíba e também uma palavra de fé e confiança no futuro do Brasil, que conta com o patriotismo e com a colaboração das classes trabalhadoras, com a colaboração dos trabalhadores rurais, que já hoje se organizam, não apenas para a própria defesa, mas para mais amplo objetivo, isto é, o engrandecimento da Pátria, através da luta que vêm man-

tendo por uma estrutura agrária que impulse a nossa marcha no sentido da emancipação econômica.

Desejo dizer, agora, aos camponeses que aqui estão, que infelizmente, em razão dos compromissos urgentes que tenho no Rio de Janeiro, não poderei comparecer, como era de meu desejo, à cidade de Sapé, sede de sua luta, do trabalho árduo em prol de melhores dias para a sua classe. Desta vez, camponeses paraibanos, terei que cumprir novos compromissos, mas num futuro próximo, numa visita de trabalho e de inspeção, percorrerei a vossa região para levar pessoalmente o meu abraço a todos os que vivem neste pedaço da Pátria, sobretudo a vós que lutais por dias melhores.

Dirijo-me agora a tôda a Paraíba, a seus homens públicos, aos intelectuais, aos trabalhadores dos campos e das cidades, aos industriais e comerciantes, a tôdas as classes, enfim, para dizer-lhes uma palavra de afirmação, mas ao mesmo tempo de advertência. De advertência — digo bem —, porque o Brasil, na atual conjuntura, precisa de paz, exige de seus filhos que haja entendimento. Falo-vos como Presidente e como cidadão cioso de seus deveres para com a Pátria. Sem paz, sem entendimento e sem compreensão cristã de nossas realidades, não é possível realizar obras que permaneçam. As reformas que defendemos visam à criação dêste clima de paz e entendimento, essencial ao nosso futuro. Se desejássemos provocar a rebelião, não estaríamos defendendo reformas para evitá-la, para melhor atender à estrutura social e econômica do País, reformas através das quais conquistaremos a justiça social que desejamos.

Povo da heróica Paraíba! Eu vos transmito mais uma vez o meu muito obrigado, afirmando que, dentro dêsses ideais cristãos e de justiça social, continuarei lutando. Nenhuma fôrça será capaz de me fazer recuar um centímetro sequer. Não estaria aqui para trair um passado de lutas e de convicções. Estou aqui, isto sim, para dizer à Paraíba o que tenho afirmado em todo o território nacional: a reforma agrária, em bases de justiça social, de atendimento do interesse nacional, é uma realidade que se impõe, não para mim, não para os trabalhadores, mas para todos os brasileiros, porque será a pedra de toque da tranqüilidade e da felicidade do Brasil.

Ao finalizar, transmito meus agradecimentos ao Senhor Governador do Estado, a quem reafirmei, ainda há pouco, a disposição

do Govêrno Federal de, dentro de suas possibilidades, emprestar-lhe apoio e colaboração. Agradeço a tôda a Paraíba, a todos aquêles que aqui vivem e lutam por um Brasil melhor, por um Brasil socialmente justo; a todos aquêles que desejam paz, compreensão e harmonia; a todos aquêles que sabem que a paz e a harmonia não se conseguem jamais com o privilégio de poucos e o sofrimento de muitos. Esta é a verdade que trago a êste Estado, numa homenagem à Paraíba, aos trabalhadores das cidades e, em particular, aos trabalhadores dos campos, que amanhã inaugurarão, na sede de sua organização, alguns serviços médicos, alguns serviços de assistência, justamente numa zona que não os possuía e muito menos outros meios essenciais à defesa da saúde de sua gente. Ao Govêrno, que os favoreceu nessa realização, os camponeses da Paraíba nada devem. Quem deve é o Govêrno Federal aos trabalhadores nordestinos. Quem deve somos nós, Paraíba, quem deve são todos os homens públicos que têm sôbre os ombros um pouco de responsabilidade na destinação histórica dêste pedaço de nossa pátria. Nada devem os nordestinos por êsses poucos melhoramentos que recebem. Esperamos, confiando em Deus, poder trazer mais ainda para cá, embora ainda um mínimo em relação ao muito a que têm direito os nossos trabalhadores rurais.

Alimento a esperança de que os homens responsáveis dêste país, principalmente os que possuem assento no Congresso Nacional, tornem em realidade, dentro em breve, essa obstinação de todos os brasileiros: uma reforma agrária que atenda aos interêsses legítimos do País, sobretudo dos que labutam no campo.

Aqui deixo a certeza de meu respeito a êste povo, que luta e que trabalha com imenso sacrifício. Deixo também a certeza do meu apoio, ainda há pouco transmitido ao ilustre governador dêste Estado, e que estendo a todo o povo paraibano, especialmente ao povo de João Pessoa, que é o povo de Getúlio Vargas, cujo amor pela Pátria tem nesta heróica cidade a ressonância dos grandes movimentos de opinião.